

CJF aprova mudanças na resolução que disciplina concessão de diárias

O Conselho da Justiça Federal (CJF) aprovou, na segunda-feira 9/2, durante sessão do Colegiado, mudanças na Resolução do CJF nº 4/2008, na parte que regulamenta a concessão de diárias a magistrados e servidores no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo grau. A proposta foi aprovada nos termos do voto do relator e presidente do Tribunal Regional da 2ª Região (TRF2), que também acatou as sugestões de ajustes no texto propostas durante a sessão pelo ministro Humberto Martins. Uma das principais mudanças está no art. 11º e define que as diárias nacionais e internacionais pagas a magistrados e servidores terão como valor máximo o correspondente às diárias pagas aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).



Foto: Reprodução/www.latinonews.com.br

Paraíba adota PJe para o ajuizamento de Execução Fiscal

A 5ª Vara Federal da Seção Judiciária da Paraíba (SJPB) fez, na última semana, a primeira ação de ajuizamento de Execução Fiscal através do Processo Judicial Eletrônico (PJe). A ação, inédita na Justiça Federal na Paraíba (JFPB), foi possível graças a obrigatoriedade do uso do PJe, desde o dia 7/01, para ajuizamento e tramitação das ações judiciais de Embargos à Execução Fiscal, Embargos à Adjudicação, Embargos à Arrematação e Embargos de Terceiro, bem como outras classes conexas, incidentais ou dependentes. De acordo com a JFPB, em 2014 cerca de 35.000 processos de Execução Fiscal, no âmbito da JFPB, em

João Pessoa, sempre tramitaram de forma tradicional, através de processos físicos em papel, ocupando espaço e dificultando o seu andamento. A obrigatoriedade do uso do PJe foi estabelecida através da Portaria nº 155/GDF, assinada pela diretora do Foro, juíza federal Helena Fialho Moreira.

João Pessoa, sempre tramitaram de forma tradicional, através de processos físicos em papel, ocupando espaço e dificultando o seu andamento. A obrigatoriedade do uso do PJe foi estabelecida através da Portaria nº 155/GDF, assinada pela diretora do Foro, juíza federal Helena Fialho Moreira.

CISG oferece vagas gratuitas para magistrados

O Congresso Internacional CISG e o Brasil 2015, sobre a Convenção de Viena, que acontecerá no dia 4 de março, em Curitiba, oferece vagas gratuitas para magistrados brasileiros. O propósito da Convenção é dar uniformidade ao tratamento jurídico da compra e venda de mercadorias em todo o mundo. O evento realizado este ano contará com uma grande conferência de abertura, dois painéis e 10 oficinas, todas as atividades com tradução simultânea. De acordo com o coordenador do evento, Cesar Guimarães Pereira, este ano, o congresso pretende aprofundar o conhecimento sobre essa legislação, cujo surgimento internacional completa 35 anos. As inscrições podem ser realizadas pelo site: www.cisg2015curitiba.com.

Aniversariantes

- Isabela Maria Galvão Gonçalves
Divisão da 2ª Turma
- Renato de Albuquerque Montarroyos
Secretaria Judiciária
- Isabella Martha da Silva Santana
Diretoria-Geral
- Meidson Coelho de Andrade
Corregedoria Regional
- Yasmin Barreto Belian
Gab. Des. Fed. Fernando Braga
- Rogéria Magalhães de Mota Silveira
Gab. Des. Fed. Ivan Lira de Carvalho

JFCE realiza inspeção

Entre os dias 2 e 6 de março, a Justiça Federal no Ceará realizará inspeção ordinária em todas as varas federais e turmas recursais daquela Seção Judiciária. A inspeção será acompanhada dos diretores de secretaria dos respectivos juízos e dos diretores de núcleo de cada Turma Recursal. Estão isentas da inspeção as 32ª, 33ª, 34ª e 35ª Varas Federais e a 3ª Turma Recursal, instaladas há menos de um ano.

Subseção Judiciária de Petrolina seleciona estagiários

A Subseção Judiciária de Petrolina está com inscrições abertas para estágio de nível superior, destinado a estudantes do curso de Direito. As inscrições podem ser realizadas a partir do dia 23/02, até 06/03, na sede da Subseção Judiciária de Petrolina. Interessados devem estar cursando, no mínimo,

a metade do período total do curso e, no máximo, o antepenúltimo semestre. Os aprovados terão direito a auxílio financeiro de R\$ 767,25, além de auxílio transporte diário, no valor de R\$ 7, e seguro obrigatório contra acidentes pessoais. Para inscrever-se, é necessário doar 2 kg de alimentos não perecíveis.